



**Women in the teaching union command:
gender and power relations**

**Mulheres no comando sindical docente:
relações de gênero e poder**

**Mujeres en el comando del sindicato de enseñanza:
relaciones de género y poder**

Adenilde de Souza Dantas¹, Maria Helena Santana Cruz¹

¹ Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

Autor correspondente:

Adenilde de Souza Dantas

E-mail: adidantas77@gmail.com

Como citar: Dantas, A. S., & Cruz, M. H. S. (2021). Women in the teaching union command: gender and power relations. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 2(1), e12432. <https://doi.org/10.20952/jrks2112432>

ABSTRACT

The present text is a brief synthesis of the doctoral research, still in progress. The general objective of the research is to analyze the trajectories of female teaching union leaders who occupy or have occupied positions of female presidents in the basic education teaching unions, highlighting the relations of gender and power and the construction of identities. Consistent with the object of this study, the historical-dialectical materialist method was chosen with the choice of a qualitative approach of the case study type by consulting different sources of information: review of the relevant literature; semi-structured interviews with the leaders of the teaching unions. To analyze the data collected, we opted for content analysis. The preliminary results of the research inform that, in Brazil, women are still minorities in the presidential seats in the teaching unions.

Keywords: Basic education teaching unions. Education. Gender and power relations. Women.

RESUMO

O presente texto é uma breve síntese da pesquisa de doutorado, ainda em andamento. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as trajetórias de mulheres líderes sindicais docentes que ocupam ou ocuparam cargos de presidentas nos sindicatos docentes da educação básica, destacando as relações de gênero e poder e a construção de identidades. Em coerência com o objeto desse estudo, optou-se pelo método materialista histórico-dialético com a escolha da abordagem qualitativa do tipo estudo de caso por meio da consulta a diferentes fontes de informação: revisão da literatura pertinente; entrevistas semiestruturadas com as dirigentes dos sindicatos docentes. Para analisar os dados coletados, optou-se pela análise de conteúdo.

Os resultados preliminares da pesquisa informam que, no Brasil, as mulheres ainda são minorias nas cadeiras presidenciais nos sindicatos docentes.

Palavras-chave: Educação. Mulheres. Relações de gênero e poder. Sindicatos docentes da educação básica.

RESUMEN

Este texto es una breve síntesis de la investigación doctoral, todavía en curso. La investigación tiene como objetivo general analizar las trayectorias de las mujeres líderes sindicales de maestros que ocupan o ocupan puestos de presidentes en los sindicatos de maestros de educación básica, destacando las relaciones de género y poder y la construcción de identidades. En consonancia con el objeto de este estudio, optamos por el método materialista histórico-dialéctico con la elección del enfoque cualitativo del tipo de estudio de caso mediante la consulta con diferentes fuentes de información: revisión de la literatura pertinente; entrevistas semiestructuradas con los líderes de los sindicatos docentes. Para analizar los datos recopilados, se eligió el análisis de contenido. Los resultados preliminares de la investigación informan que, en Brasil, las mujeres siguen siendo minorías en los candidatos presidenciales en los sindicatos de maestros.

Palabras clave: Educación. Mujeres. Relaciones de género y poder. Sindicatos de maestros de la educación básica.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de doutorado, em andamento, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, que tem como objetivo geral analisar as trajetórias de mulheres líderes sindicais docentes que ocupam ou ocuparam cargos de presidentes nessas instituições, destacando as relações de gênero e poder e a construção de identidades. Esta pesquisa nasceu da necessidade de contribuir com as investigações sobre o sindicalismo docente, uma área ainda pouco explorada pelos/as pesquisadores/as, e da necessidade de preencher lacunas deixadas pelos resultados de pesquisa obtidos com o trabalho de Dantas (2017). Esse trabalho apontou que, nos sindicatos docentes, as mulheres eram minoria nas presidências dessas instituições, apesar de serem maioria na base de filiados/as e na carreira do magistério. No momento da pesquisa, verificou-se que nenhuma mulher ocupava sozinha o cargo de presidente nos sindicatos docentes da região norte. Dos 08 sindicatos pesquisados, apenas em 01 sindicato docente uma mulher dividia a presidência com um homem, já nos demais sindicatos os homens comandavam sozinhos as presidências. Nas duas maiores confederações de trabalhadores da educação, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado - CONTEE, os homens também ocupavam e ainda hoje ocupam sozinhos as presidências. Sendo que na CNTE de 1983 a 2021 as mulheres só estiveram na presidência por dois mandatos consecutivos de uma mesma mulher de 2002 a 2008. Esses dados também aparecem na pesquisa de Ferreira et al. (2018) e Orsato et al. (2018), que trabalham somente com dados da CNTE e de seus sindicatos filiados

As pesquisas sobre a participação das mulheres nos sindicatos apontam que essa forma de organização social reflète a sociedade em que está inserida reproduzindo ideologias sexista referentes ao comportamento de homens e mulheres, sobre os papéis que devem exercer e sobre que lugares ocupar. Várias pesquisas têm evidenciado, entre elas, Lima (2012), Vanelli (2013), Conti (2016), Dantas (2017), Silva (2017), Santos (2018), Ferreira et al. (2018) Orsato et al. (2018), que as mulheres são sub-representadas nos espaços de poder e comando nos sindicatos. Sobretudo causa maior estranhamento o fato das mulheres serem minorias em cargos de presidentes em sindicatos de docentes, visto que, a área da educação

básica é majoritariamente feminina de acordo com o Censo Escolar de 2018, divulgado pelo Ministério da Educação do Brasil. O Censo apontou que 80% dos 2,2 milhões de docentes da educação básica brasileira são do sexo feminino.

Em 2017, na região norte, os homens ocupavam sozinhos as presidências de 87,5% dos sindicatos docentes. Em 2021, esse quadro sofreu uma alteração significativa, dos 10 sindicatos pesquisados na região norte, as mulheres passaram a ocupar a presidência de 05 sindicatos docentes, os homens também ocupam a presidência em 05 sindicatos. As mulheres saíram de um percentual de 12,5%, em 2017, para 50,0%, em 2021, um aumento de 37,5%. E os homens saíram de 87,5% para 50,0%, uma queda de 37,5%.

Este fato, nos faz refletir como, a partir de que contextos e sob quais condições e possibilidades algumas mulheres conseguem ascender a cargos de poder e comando nos sindicatos docentes, apesar das barreiras impostas a elas? Será que estamos diante do surgimento de nova cultura sindical responsável pelo aumento da participação das mulheres nos cargos de presidentes, ou esse aumento se refere apenas a cumprimento de metas impostas aos sindicatos e não significam mudanças de fato na estrutura dessas entidades? De que forma as concepções políticas sindicais refletem na divisão de poder nos sindicatos? Quais identidades são desenvolvidas nos sujeitos pela instância sindical que permite a ocupação de cargos de poder e comando nos sindicatos docentes? E, se, a partir do comando das mulheres nas presidências sindicais, as discussões de gênero e sexualidade estão sendo incorporadas como elemento de debates e análises nas pautas e nos documentos dos sindicatos docentes da educação básica?

A participação das mulheres em espaços de poder e comando é entendida como um importante meio para a consolidação da democracia e para o alcance da igualdade de direitos. O tema da participação, no bojo da luta pela redemocratização do Estado brasileiro, traz consigo uma forte carga normativa, cujo horizonte desejável esteve historicamente associado à transformação, entendida como alteração completa ou parcial das estruturas de dominação. Nesta linha de reflexão a hipótese geral/preliminar que orienta esta pesquisa, ancora-se na perspectiva que os seres humanos são seres históricos, sociais e culturais em movimento, sendo assim, a baixa ou a alta participação das mulheres nas instâncias de poder no sindicalismo provavelmente tem raízes no contexto sócio histórico e cultural de um determinado grupo social. E que para alterar a cultura androcêntrica, generificada, estereotipada, e sexista presentes nos sindicatos docentes é preciso alterar as relações sociais e culturais historicamente construídas nos sindicatos.

METODOLOGIA

Em coerência com o objeto desse estudo, optou-se pelo método materialista histórico-dialético com a escolha da abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Este trabalho ancora-se na perspectiva de gênero, a partir de Scott (1995), que se apresenta especialmente relevante como categoria analítica e pressuposto teórico-metodológico, considerando-a componente estrutural de valores, práticas e opiniões que engendram relações de poder. Como o gênero é relacional, as informações sobre as mulheres são sempre informações também sobre os homens. A abordagem de gênero se constitui uma ferramenta indispensável para compreender diversos processos sociais presentes no sindicalismo docente. Segundo Coronel e Ferreira (2015, p. 204), “[...] a participação de mulheres e de homens no movimento sindical é delimitada pelo gênero [...]”, constituindo-se como um importante espaço de mediação, de disputas pelo poder, de reivindicações de direitos de seus filiados homens e mulheres. A partir do gênero, podem-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações sociais.

A coleta de dados está sendo realizada através de diferentes fontes de informação: revisão da literatura pertinente, com o propósito de verificar as lacunas de pesquisa deixadas

pelos trabalhos anteriores; pesquisas nos sites dos sindicatos docentes da educação básica no Brasil para levantar novos dados sobre a distribuição do poder nos sindicatos por sexo, comparando com os dados coletados em 2017, a fim de, observar se houve evolução na distribuição do poder nessas instituições; levantamento e análise de documentos como teses e resolução de congressos, estatutos e, entre outros, documentos produzidos pelos sindicatos, com o objetivo de refletir sobre a concepção política dessas entidades procurando observar se essas concepções refletem na divisão de poder; e, por fim, a realização de (09) entrevistas semiestruturadas sendo 05 com mulheres que presidem atualmente 05 sindicatos na região norte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre - SINTEAC/AC; Sindicato dos Servidores Públicos em Educação no Amapá - SINSEPEAP/AP; Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia - SINTERO/RO; Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima - SINTER/RR; e Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas - SINTEAM/AM), (01) entrevista com única mulher que chegou a presidir a CNTE de 2002 a 2008 e (03) entrevistas com mulheres que presidem e presidiram o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE/SE. As entrevistas são importantes para observar as estratégias que as mulheres têm realizado para ascender a cargos de poder e comando nos sindicatos docentes, bem como as identidades que são construídas e acionadas nesse percurso. Além de, constatar se a partir do comando de mulheres nas presidenciais sindicais, as discussões de gênero e sexualidade estão sendo incorporadas como elemento de debates e análises nas pautas e nos documentos dos sindicatos docentes da Educação.

Para analisar os dados coletados da pesquisa, optou-se pela análise de conteúdo, pois “é uma técnica que visa ao conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares [...]” (Bardin, 1977, p. 39).

RESULTADOS

O estado da arte sobre o sindicalismo docente e as relações de gênero e poder na educação básica aponta que existem poucas pesquisas sobre o tema em tela na base de dados de teses e dissertações da CAPES, bem como nos periódicos científicos. Das pesquisas localizadas, nenhuma se propõe a investigar as trajetórias de mulheres sindicalistas docentes que ocupam ou ocuparam cargos de presidentas nessas instituições, destacando as relações de gênero e poder e a construção de identidades.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam que de 2017 à 2021 aumentou o número de mulheres assumindo a presidência de sindicatos docentes no Brasil. Na região norte, dos 10 sindicatos pesquisados, as mulheres ocupam cargos de presidentes em 05 sindicatos docentes. As mulheres saíram de um percentual de 12,5%, em 2017, para 50,0%, em 2021, um aumento de 37,5%. Isso pode indicar possíveis mudanças no espaço sindical docente, sobretudo nos sindicatos filiados a CNTE, pois foram estes que demonstraram aumento significativo. O que parece indicar que no caso dos sindicatos filiados a CNTE há um debate maior sobre o papel da mulher na luta sindical. Além disso, os sindicatos filiados a CNTE são oriundos do serviço público e isso dá a seus participantes maior liberdade para participar de entidades de classe com previsão nos estatutos que regem a carreira dos servidores públicos. Nesses estatutos há a previsão de cessão de servidores e/ou a redução da carga horária de trabalho para atuar nas entidades de classe.

Já nos sindicatos filiados a CONTEE como também na própria confederação a participação das mulheres nas diretorias dessas entidades ainda é muito pequena e nas presidências praticamente inexistentes. Isso talvez esteja ligado ao fato de que essa confederação representa os sindicatos docentes das redes particulares de ensino, nas quais a participação no movimento sindical é mais difícil, uma vez que, na maioria das vezes, não há

liberação do/a trabalhador/a, por parte dos patrões, para atuarem nas entidades representativas. Soma-se a isso, as pressões do setor privado por resultados satisfatórios em provas e exames; a pesada carga horária de trabalho que muitos trabalhadores/as precisam enfrentar em mais de uma escola para conseguir pagar as contas. No caso das mulheres, isso ainda é pior, pois além do trabalho produtivo realizado em duas ou três escolas, elas assumem sozinhas, na maioria das vezes, todo o trabalho reprodutivo destinado aos cuidados com a família não sobrando tempo para a militância sindical.

DISCUSSÃO

O poder que os homens exercem, de alguma forma, sobre as mulheres é comum a todo o sexo masculino e independe de classe ou raça. Os homens legitimaram seu poder por meio da cultura a partir da transmissão de crenças e valores com o intuito de moldar comportamentos considerados aceitáveis para homens e mulheres. Isso porque para se manter no poder precisam assegurar o consentimento dos governados. Esse consentimento se dá não pela força, mas pela interiorização das crenças e valores na subjetividade humana. Assim, os opressores governam mentes e corpos como se estes fossem livres. Esse comportamento social é explicitado por Foucault (2008), a partir do conceito de governamentalização dos indivíduos. De acordo com ele, o que se propôs a chamar de governamentalidade é a maneira como a sociedade, por meio das relações de poder, regula a conduta dos indivíduos a partir de ideais de comportamentos, atitudes e valores de um determinado grupo dominante, ou seja, a partir de uma visão de mundo totalizante que se autodenomina como “verdadeira”. Segundo Foucault, essa forma de regular a conduta dos indivíduos se dá por meio de técnicas tácitas, sendo uma delas a disciplina, que é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras (Foucault, 1996, p. 36). Isso acontece através da construção de “verdades universais”, “verdades” estas propagadas pelos diversos discursos que circulam na sociedade. Esses discursos visam legitimar o lugar de quem manda ou obedece, de quem é lúcido ou louco, de quem é respeitável ou não, de quem tem ou não autonomia e maioria para conduzir suas vidas. Eles se propagam através das relações sociais.

Mesmo nas civilizações em que as mulheres tiveram mais liberdade e atuação os homens sempre arranjaram um jeito de controlar a sexualidade feminina. Ao longo de muitos séculos, pouquíssimas foram as mulheres que conseguiram romper esse sistema de dominação e se destacaram nos espaços públicos. A maioria das mulheres não conseguiu subverter a ordem vigente e esteve, por muito tempo, totalmente sob a subordinação dos homens e em situação de invisibilidade na história, na filosofia, nas ciências, na literatura e em todas as áreas de poder e comando.

Graças as acadêmicas feministas uma nova história sobre as mulheres está sendo contada. Seja na revolução francesa, na comuna de Paris, na revolução russa, nas lutas contra a ditadura e pela redemocratização do Brasil e nas lutas trabalhistas, as mulheres sempre estiveram presentes seja como organizadoras do movimento ou como militantes. Elas lutaram contra as diversas formas de opressão e a favor de uma sociedade mais justa e igualitária e livre.

Os livros de histórias sempre trataram de contar a história dos homens vista a partir de uma perspectiva masculina e de valores masculinos sempre enaltecendo suas lutas e glórias. Já as mulheres quando apareciam eram retratadas como esposas, cortesãs ou loucas. Exemplo disso, é o caso da primeira e única rainha de Portugal Dona Maria I, que durante muito tempo foi conhecida por todos com o estereótipo de louca. Entretanto, graças a estudos recentes sabe-se de seu protagonismo como governante e dos sabotamentos empreendidos pelos homens, inclusive seu pai, o rei D. José I, para não deixá-la assumir ao trono e tirá-la do poder depois (Del Priori, 2019).

A maioria dos livros e pesquisas que tratam da história do sindicalismo não são diferentes, neles encontramos a figura do trabalhador categoria neutra que engloba homens e mulheres. Falam da luta trabalhista sem mostrar o protagonismo das mulheres nesses espaços. Isso acontece porque ainda há na sociedade a crença que sindicato é lugar de e para homens. Pesquisas sobre sindicatos precisam mostrar que essas instituições não são constituídas apenas por um sexo e por um gênero, pois como bem disse Souza-Lobo (2011), “a classe operária tem dois sexos” e os sindicatos também. É preciso ter em mente que nos sindicatos, como na sociedade, não há um único gênero, nem muito menos uma única forma de ser mulheres ou homens e se pensarmos em sexualidade é que a diversidade é maior ainda.

Essa invisibilidade não é natural, ela foi criada para esconder a importância da mulher na sociedade, ocultar os privilégios e lucros¹ que os homens usufruem por meio da subordinação das mulheres, e o medo de perder espaços importantes na sociedade para as mulheres, porque mantendo-as longe das disputas só tiveram que concorrer com os do próprio gênero, classe e em algumas situações da mesma raça.

Felizmente, ao longo desses últimos dois séculos, a tomada de consciência das mulheres em relação a opressão vivida e as lutas feministas têm conseguindo diminuir as opressões e preconceitos sofridas pelas mulheres e garantido maior autonomia sobre suas vidas e corpos. Além disso, é preciso perceber que essas mudanças ocorreram também, porque, as novas exigências sociais, principalmente com o advento da revolução industrial, começaram a ruir os discursos que enclausuravam a imagem da mulher e seu papel social somente voltado para a família. Isso aconteceu porque, em parte, o capital industrial precisava de mais mão de obra menos qualificada, mais atenta e delicada e que estivesse disposto a ganhar menos para operar as máquinas e isso acabou atraindo muitas trabalhadoras que por conta da diminuição da renda das famílias ou para se manterem sozinhas precisaram entrar no mercado de trabalho. Esse aumento na oferta de postos de trabalho e a necessidade da mão de obra feminina começou a justificar a saída de mais mulheres para o espaço público. Escritores como Condorcet (2008) e Mill (2017) escreveram sobre a necessidade de as mulheres terem acesso à educação e puderem ocupar profissões e cargos que antes eram restritos somente aos homens, em nome do “progresso da civilização”.

A maior participação das mulheres no mundo do trabalho é marcada pela divisão sexual do trabalho baseada nos papéis sociais que desempenham na sociedade. Essas diferenças de gênero dificultaram as mulheres a ter acesso a postos de trabalho mais bem remunerados; impactaram nas péssimas condições de trabalho, com carga horária exaustiva, trabalhos repetitivos e, em alguns casos, insalubres; justificaram as diferenças salariais absurdas entre homens e mulheres que exerciam as mesmas funções.

Essa situação de opressão no mundo do trabalho aliado a reivindicação de direitos sociais iguais para ambos os sexos levou as mulheres a participar dos movimentos reivindicatórios: sindicatos, movimentos feministas e, entre outros. Costa (2014, p. 40), aponta que em vários momentos na história as mulheres se mobilizaram contra essas opressões. Ela traz como exemplos a participação das mulheres na primeira greve geral de trabalhadores da indústria têxtil, no Brasil, em 1903, no Rio de Janeiro, em 1917 em uma indústria têxtil em São Paulo e em 1918, uma greve de professores na Bahia. Nessa última, as mulheres participaram da direção do movimento.

As mulheres que passaram a militar nos sindicatos, viram nesse espaço o lugar para reivindicar melhores condições de trabalho e renda e ao entrarem em contato com as ideias feministas passaram a ter mais consciência de sua situação de subordinação e isso as levou a

¹ Em A criação do patriarcado, Lener (2019), mostra como os homens se apropriaram do corpo da mulher enquanto objeto capaz de satisfazer seus desejos, interesses e necessidades. A autora historiciza que a mulher era utilizada como forma de pagamento para saldar dívidas dos homens, aos quais estava subordinada, ou como meio de atingir mais riquezas e privilégios. As mulheres eram alugadas, vendidas e escravizadas em nome dos interesses masculinos.

lutar também contra toda forma de machismo que as oprime na sociedade, isso “porque a descoberta dos direitos passa a ser um motivo para mobilizar as mulheres para a vida pública, onde elas começam a exercer uma vontade de política de intervir nos seus destinos” (Souza-Lobo, 2011, p. 250).

Os sindicatos, formados inicialmente por homens, viram a participação feminina como uma forma de fortalecer as lutas empreendidas por eles, estes não estavam preocupados com as pautas femininas no mundo do trabalho ou fora dele, como observa Souza-Lobo (2011) e Humphrey (1983). Ao incorporar um discurso que só vê na classe a responsabilidade por todas as formas de opressão, os sindicalistas apagam as diferenças de gênero, sexualidade, raça, geração, entre outros, e não enxergam que os preconceitos criados pela sociedade, a partir desses elementos, também oprime e divide os/as trabalhadores/as no mercado de trabalho. Além disso, a pauta única relativa à defesa dos salários e das condições de trabalho da categoria delimita as lutas dentro dos sindicatos e cria a ideia que um sindicato forte não pode estar dividido por outras pautas que não as tradicionais. Ou seja, a classe trabalhadora precisa ter unidade na luta e em seus objetivos e não pode se dividir por questões que fogem a isso.

Esses discursos vêm sendo questionados por pesquisadores/as feministas, por militantes e dirigentes dos próprios sindicatos e de outros movimentos sociais reivindicatórios que vêm cobrando dos sindicatos maior democracia no acesso das mulheres aos espaços de poder e comando nos sindicatos e maior comprometimento dos sindicatos nas questões relativas à diversidade de gênero, raça, geração e, entre outros. A cobrança por mais espaço das mulheres nos sindicatos culminou em 1991 na adoção de cotas mínimas de participação das mulheres, na Central Única dos Trabalhadores – CUT, no Partido dos Trabalhadores - PT e conseqüentemente nos sindicatos. A adoção de cotas mostra que havia certa resistência a participação das mulheres nessas instituições por partes dos homens. Hoje, a luta das mulheres continua para ampliar sua participação nos espaços sindicais e para ocupar cargos de visibilidade e poder nos sindicatos.

CONCLUSÃO

O sindicalismo docente é um dispositivo de poder que demonstra gerar assujeitamentos por parte das mulheres e constitui governamentalidades, uma vez que, muitos indivíduos que o compõe justificando a preocupação com a defesa dos direitos dos trabalhadores/as, invisibiliza os direitos das mulheres e as veem como meras colaboradoras do sexo masculino. Em alguns espaços sindicais, como também nas confederações as mulheres, muitas vezes, não conseguem se dar conta da dominação masculina a que são submetida por seus pares sindicais e muito menos das próprias práticas de reprodução dos papéis sociais que visam fixar homens e mulheres em cargos e funções pensados a partir do sexo biológico, e que não precisem deliberar e comandar ações consideradas importantes para o destino da luta sindical. Essa dominação presente também nos sindicatos, muitas vezes, não é percebida porque o discurso de naturalização dos papéis sociais vigente em nossa sociedade e reproduzida pelas instituições sociais através da cultura é incutida em nosso inconsciente. Além disso, a rotina sindical é pensada para conduzir a uns funcionamentos mecânicos contínuos e idênticos que por consequência levam os indivíduos a não perceberem que estão agindo conforme os interesses de dominação. A cultura sindical é pensada por seus líderes, geralmente homens, para invisibilizar as identidades individuais com o intuito de forjar subjetividades militantes a partir de comportamentos e a ação engajados voltada para o coletivo.

Os sindicatos docentes são instituições da sociedade, logo são instrumentos de reprodução social e cultural. As raras pesquisas realizadas, nos últimos anos, sobre os sindicatos de professores e as relações de gênero e poder abordam a participação das mulheres nessas entidades apontando as dificuldades enfrentadas em decorrência de um o machismo estrutural impregnado nos valores e crenças de homens e mulheres e a dificuldade de ascensão

das mulheres nos cargos de poder e decisão. No entanto, nos últimos quatro anos tem aumentado o número de mulheres em cargos de presidentes nos sindicatos de professores/as, sobretudo na região norte, região que anteriormente não apresentava nenhuma mulher ocupando sozinha o cargo de maior poder em um sindicato. Esse fato precisa ser investigado mais profundamente, porque estratégias de sucesso podem ter surgido nessa região do país e seu conhecimento pode trazer efeitos positivos no enfrentamento ao machismo nos sindicatos e quem sabe até contribuir para alterar as relações sociais e conseqüentemente a cultura androcêntrica, generificada, estereotipada e sexista presentes nos sindicatos docentes.

AGRADECIMENTOS: Não aplicável.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES: Dantas, A. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, e redação do artigo; Cruz, M. H. S.: revisão crítica de conteúdo intelectual importante. As autoras leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

CONFLITOS DE INTERESSE: As autoras declaram que não há conflitos de interesse.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Condorcet, J.-A., & Caricat, N. (2008). *Cinco memórias sobre a instrução pública*. São Paulo: Editora UNESP.
- Conti, N. M. (2016). *O lugar da mulher no sindicato: embates e reflexões sobre a conquista de um espaço*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Costa, A. A. A. (2014). As mulheres no sindicato. *Revista Feminismos*, 2(2), 40-52.
- Dantas, A. S. (2017). *Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Del Priori, M. (2019). *D. Maria I: as perdas e as glórias da rainha que entrou para a história como "a louca"*. São Paulo: Benvirá.
- Ferreira, M. V. (2018). A abordagem das desigualdades de gênero e diversidade sexual em sindicatos de trabalhadoras/es em educação: o caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). *Revista brasileira de Estudos pedagógicos*, 99(252), 404-428. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i252.3398>
- Ferreira, M. V. (2018). Gênero e representação política: um estudo sobre a representação sindical de trabalhadoras/es em educação. *INTER-AÇÃO*, 43(3), 681-696. <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v43i3.46058>
- Foucault, M. (1996). *A ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Humphrey, J. (1983). Sindicato: um mundo masculino. *Revista Novos Estudos Cebrap*, 2(1), 47-52.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018). *Notas estatísticas: censo escolar 2018*. Recuperado de: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf
- Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado: histórias da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Lima, L. O. (2012). *Mulheres no Sindicato: um estudo de caso sobre as relações de gênero e espaços do poder no Sinttel-Rio*. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Mill, J. S. (2017). *Sobre a Liberdade e a sujeição das mulheres*. São Paulo: Penguin Classics.
- Santos, V. B. (2018). *Condições de Acesso e Permanência das Mulheres no Movimento Sindical*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*, 20(2), 71-99.

Silva, G. M. R. (2017). *Feminismo e classismo: Memórias, relações e disputas no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais*. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.

Souza-Lobo, E. (2011). *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Vanelli, M. (2013). A mulher brasileira e sua participação nos cargos de decisão sindicais. *Revista Matria, 11*, 50-51.

Recebido: 30 de abril de 2021 | **Aceito:** 25 de maio de 2021 | **Publicado:** 30 de maio de 2021



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.